



Apresentação: 21/08/2025 10:51:16.497 - CDU
PRL 1 CDU => PL 2000/2024

PRL n.1

PROJETO DE LEI Nº 2.000, DE 2024

Relatora: Deputada LÊDA BORGES

Na justificação, argumenta que as práticas de urbanização das sociedades modernas se contrapõem aos desafios causados pelos eventos climáticos extremos e defende a busca de soluções baseadas no conceito de “cidades-esponja”, que se pauta na emulação do modo pelo qual a natureza direciona e retém as águas da chuva até sua absorção pelos lençóis freáticos.



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://intores.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/C0225045930420>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges



Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a matéria recebeu parecer favorável.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e o regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e o art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Chega à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.000, de 2024, que visa alterar a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, a qual institui o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, com o intuito de incluir, entre suas finalidades, a possibilidade de aplicação de recursos em ações voltadas ao enfrentamento dos impactos das chuvas intensas em áreas urbanas, fenômeno agravado pelo avanço das mudanças climáticas.

A iniciativa legislativa mostra-se oportuna e meritória, considerando que, nos últimos anos, inundações e alagamentos passaram a ocorrer de forma recorrente em diversos municípios brasileiros. Tais eventos resultam não apenas em expressivos prejuízos econômicos, como também comprometem a infraestrutura urbana, a mobilidade, a saúde pública e, lamentavelmente, provocam perdas humanas, sobretudo em regiões mais vulneráveis.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Lêda Borges - PSDB/GO

A proposta fundamenta-se no conceito de “cidades-esponja”, modelo consagrado em experiências internacionais exitosas, a exemplo das implementadas na China e na Alemanha. Esse conceito baseia-se na adoção de soluções baseadas na natureza, tais como jardins de chuva, pavimentos permeáveis, áreas verdes e a recuperação de corpos hídricos urbanos, de modo a ampliar a capacidade de absorção, infiltração e retenção das águas pluviais nas cidades.

Destaca-se, ainda, como aspecto positivo da proposição o fato de não implicar em aumento de despesas públicas, mas sim no redirecionamento estratégico de recursos já disponíveis no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, conferindo-lhe maior eficácia e abrangência frente aos desafios climáticos contemporâneos.

Por fim, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da matéria, propomos ajustar a redação originalmente apresentada, de modo a melhor alinhá-la à sistemática da Lei nº 12.114, de 2009, que atribui ao Poder Executivo federal a competência de regulamentar sua aplicação, incluindo a definição dos tipos de soluções de drenagem urbana passíveis de financiamento com recursos do Fundo.

Pelo exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.000, de 2024, na forma do Substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada LÊDA BORGES
Relatora

2025-12264





COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.000, DE 2024

Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para dispor sobre a destinação de recursos para ações de enfrentamento a inundações e alagamentos em ambientes urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para dispor sobre a destinação de recursos para ações de enfrentamento a inundações e alagamentos em ambientes urbanos.

Art. 2º O § 4º do art. 5º da Lei nº 12.114, de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 5º
.....
.

§ 4º
.....
.

XIV - ações de enfrentamento a inundações e alagamentos em ambientes urbanos.
.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apresentação: 21/08/2025 10:51:16.497 - CDU
PRL 1 CDU => PL 2000/2024
PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Lêda Borges - PSDB/GO

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada LÊDA BORGES
Relatora

Apresentação: 21/08/2025 10:51:16.497 - CDU
PRL 1 CDU => PL 2000/2024

PRL n.1



* C D 2 5 3 0 4 9 9 6 4 8 0 0 *